

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

O ULTRANEOLIBERALISMO À BRASILEIRA E ALGUMAS ESTRATÉGIAS IDEOLÓGICAS DO CAPITAL INCIDENTES NO SERVIÇO SOCIAL

IVY ANA DE CARVALHO¹

RESUMO

Neste ensaio abordamos algumas estratégias ideológicas atuais do capital incidentes no Serviço Social, no qual destacamos o empoderamento. Trataremos da particularidade da formação sócio histórica brasileira (capitalista dependente), da nossa crise estrutural destrutiva, do avanço do ultra neoliberalismo alinhado a um ultra conservadorismo de extrema direita em âmbitos nacionais e mundiais.

Palavras-chaves: ultra neoliberalismo; empoderamento; Serviço Social

ABSTRACT

In this essay we address some current ideological strategies of capital in Social Work, in which we highlight empowerment. We will deal with the particularity of the Brazilian socio-historical formation (dependent capitalist), our structural-destructive crisis, the advance of ultra-neoliberalism aligned with a far-right ultra-neoconservatism at national and global levels.

Keywords: ultra-neoliberalism; empowerment; Social Work

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de reflexões que compõe um Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas e que levam em consideração as particularidades da formação sócio histórica brasileira de cariz capitalista dependente, cujas incidências são notórias em nossa força de trabalho superexplorada – tal como conceitua Marini (1973). Tais marcas são perceptíveis ainda na história da nossa luta de classes e das nossas desigualdades de classe, étnico-raciais e de gênero.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Seguindo este caminho, partimos da conjectura que traços da nossa formação social, somados ao papel do capitalismo dependente brasileiro na economia mundial atual, tornam o Brasil um dos países precursores na execução desta ofensiva ultraneoliberal com cariz de extrema direita e matizes conservadores reacionários. Tais aspectos foram mais evidenciados no contexto pandêmico e impactaram diretamente o Serviço Social, seja no campo da destruição de direitos sociais e políticos, seja na esfera da reconfiguração da formação e trabalho profissionais.

Alicerçando-nos no método materialista histórico-dialético de apreensão do real, organizamos a exposição deste ensaio em três momentos: *um primeiro*, no qual nos aproximamos de alguns traços da formação social brasileira marcada por um capitalismo dependente de faceta escravocrata, patriarcal e autocrática. Um *segundo*, em que abordamos determinações fundamentais à elucidação do tempo presente, denominado por Mészáros (2011, p. 603) de “[...] crise estrutural do sistema do capital” refletida, também, no quadro pandêmico recém vivenciado e no ultraneoliberalismo. *Por fim*, analisaremos a manifestação no Serviço Social de algumas estratégias da ideologia burguesa atual, no qual atentamos para os processos de precarização do trabalho das (dos) assistentes sociais e as implicações do ultraneoliberalismo na profissão. Dentre tais estratégias destacamos o *empoderamento* (CARVALHO, 2019, 2013) como um dos atuais mecanismos de responsabilização dos sujeitos (e retomada de práticas profissionais conservadoras), isto em um cenário de hiperfocalização e/ ou aniquilamento das nossas parcas políticas sociais.

1. PARTICULARIDADES DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA

Posto isto, compreendemos que a implementação – por um governo de extrema direita - do chamado ultraneoliberalismo no Brasil é demonstrativa das marcas originárias da nossa formação social e histórica. Parte constitutiva dessas marcas está presente em nosso capitalismo, visto que tem uma relação de dependência no circuito mundial de acumulação capitalista. Para além das características particulares a nossa formação social - escravocrata, patriarcal e colonialista -, o capitalismo dependente tem aspectos específicos na acumulação do capital em âmbitos mundiais. Dentre estes, citamos dois: o intercâmbio desigual via transferência de valor e a “[...] superexploração da força de trabalho [...]”, categoria criada por Marini (1973, p. 38), os quais são primordiais à apreensão da situação da classe trabalhadora latino-americana.

De acordo com o referido pensador, aspectos como a intensidade e precarização



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

configuram esta superexploração da classe trabalhadoras nos países latino-americanos capitalistas dependentes. Assim, expõe que o aumento da intensidade do trabalho aparece como uma forma de aumentar a mais-valia via maior exploração dos trabalhadores (sem incremento na capacidade produtiva). Este aumento da exploração também se dá através da ampliação do trabalho excedente, ou seja, do prolongamento da jornada de trabalho, no qual “[...] o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo” (MARINI, 1973, p. 38).

No concernente a superexploração da força de trabalho, nos países capitalistas de economias dependentes ela tendencialmente assume um caráter sistêmico e estrutural, sendo utilizada pela burguesia nacional-dependente como meio de compensar suas perdas nos processos de intercâmbio desigual nas transferências de valor. Operam-se aqui processos de degradação das condições de consumo e vida da força de trabalho; pois, ao mesmo tempo em que achata seus salários, lhe avilta a satisfação das necessidades básicas à sua reprodução e de sua família, bem como se apropria do seu valor de uso (na medida em que se ampliam os processos de desgaste físico e mental).

Vale lembrar que a industrialização dos países capitalistas dependentes não se deu de forma orgânica e sim de maneira subordinada, tanto que seus sistemas de produção estão integrados de forma submissa aos países centrais. Configura-se nestas economias um descompasso entre a estrutura produtiva subordinada e as necessidades básicas à reprodução social da massa de sua população trabalhadora. Além disso, existem particularidades próprias do Estado no capitalismo dependente, tal como aponta Osório (2014), há fissuras típicas do Estado de classes, sendo que dois processos são genuínos do Estado classista no capitalismo dependente: 1- condição de dependência das formações sociais as quais se constitui; 2- o significado do específico modo de exploração no capitalismo dependente: a superexploração². Osório (2014) denomina estes Estados de subsoberanos, na medida em que se caracterizam por relações restritas de soberania diante de formações histórico-sociais e econômico-políticas com exercícios mais plenos da soberania.

Posto isto, frisamos que o Brasil se configura enquanto um país de capitalismo dependente, cujas expressões das relações de dependência são perceptíveis nas áreas da

² Este modelo particular de exploração da força de trabalho no capitalismo dependente irá determinar “[...] as relações entre classes, frações e setores” (OSÓRIO, 2014, p. 205). O autor frisa ser necessário distinguir as frações dos setores do capital, haja vista que as frações são compostas pelo capital financeiro e/ou bancário, capital industrial, capital agrícola e pelo capital comercial. Já os setores são formados pelo grande capital, médio capital e o pequeno capital. Importam tais diferenciações porque “[...] a política econômica não pode resolver da mesma maneira as necessidades de reprodução de todas essas frações e setores” (OSÓRIO, 2012, p. 72). Alguns serão mais favorecidos e outros mais prejudicados.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

indústria, ciência, do comércio, da tecnologia e no mercado financeiro. Todavia, também se caracteriza como uma economia exportadora especializada em algumas produções; sendo ainda um exportador de commodities (matérias-primas ou mercadorias em seu estado bruto, a exemplo da soja e do ferro). Por um lado, não gera – com algumas exceções – tecnologia própria; por outro, assim como os demais países de capitalismo dependente, não dispõe de moeda conversível no intercâmbio internacional.

Ao pensarmos o Brasil e suas expressões das desigualdades econômica, política e social, temos que pensar nos traços constitutivos do nosso capitalismo dependente e do seu papel na dinâmica do mercado mundial. Conforme Fernandes (2009, p. 60), a dependência não é “mera condição”, porém sim a “[...] articulação estrutural de dinamismos econômicos externos e internos requer uma permanente vantagem estratégica do polo econômico hegemônico, aceita como *compensadora, útil e criadora* pelo outro polo” (FERNANDES, 2009, p. 60 – grifo do autor). O autor também destaca que a formação social dos países latinoamericanos se caracteriza pela articulação de uma “modernização do arcaico” e uma “arcaização do moderno”, sendo estruturante para o desenvolvimento industrial amplo nestes países e tendo ainda garantido superprivilégios às classes dominantes – via superconcentração de renda através da conservação de formas de degradação objetiva e subjetiva da reprodução da classe trabalhadora.

Na concepção de Fernandes (1976), para além da dependência político-econômica e tecnológica, há uma dependência em âmbitos ideológicos³, cuja expressão é a “heteronomia cultural”. Esta vincula-se a maneira como os países da periferia capitalista reproduzem os moldes de desenvolvimento dos países imperialistas, no qual a heteronomia cultural faz com que este desenvolvimento se dê parametrado nos países europeus, porém dentro dos limites do subdesenvolvimento. A heteronomia cultural está diretamente ligada às imposições econômicas feitas ao Brasil em sua inserção dependente na economia mundial. Além de esta ser importante para a dominação externa, também é relevante à dominação interna, visto que por meio dela as classes dominantes mantêm seus interesses e seu poder em relação aos despossuídos. Isto se dá, ainda, porque as elites brasileiras – por não terem um projeto de nação – não se preocupam em subordinar os rumos do desenvolvimento nacional aos interesses e ditames externos. Caio Prado Júnior (1977) também frisa a necessidade de pensarmos a realidade brasileira considerando a articulação entre os movimentos do mercado mundial e a dinâmica socioeconômica interna. O autor ainda frisa as marcas do colonialismo e o peso do escravismo

³ Vale ressaltar que o autor compreende ideologia enquanto concepção de mundo. Cf. FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

na sociedade brasileira, aspectos estes refletidos em nossa via não clássica de transição ao capitalismo.

Conforme Fernandes (1976), a formação capitalista brasileira tem como marca estrutural a “heteronomia”⁴, cujo processo de modernização se dá conservando nossas marcas sociais, políticas e econômicas originárias. Para ele as tecnologias que se desenvolveram e se adaptaram às “sociedades centrais” trazem consigo novas relações, reatualizam as velhas e novas determinações para o conflito de classes, na medida em que há uma intensificação da exploração. A combinação das formas “arcaicas” com as “modernas” ou “ultramodernas” de exploração capitalista são, portanto, indissociáveis em nosso país, assim como em nossa América Latina. As diversas formas de exploração “[...] puderam ser mantidas no circuito histórico graças as várias combinações do poder despótico ou oligárquico das classes capitalistas⁴”. A burguesia nacional não teve a autonomia histórica necessária para enfrentar os problemas de seu tempo com a veemência que a europeia com a nobreza feudal, o que a forçou a resolver a questão da revolução nacional-democrática de outra forma.

O sociólogo⁵ aponta que as diferentes transições da economia colonial à economia capitalista produzem sempre três realidades estruturais diversas: 1º “[...] uma concentração progressiva da renda, do poder e prestígio nos estratos que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa [...]”; 2º “[...] a coexistência de estruturas econômicas, políticas e socioculturais de “diferentes épocas” [...]”, resultando em uma simbiose entre o arcaico e o moderno; e, 3º “[...] a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente [...]” (FERNANDES, 2009, p. 34- 35) como condição para estabilidade do sistema.

Essas três realidades estruturais citadas por Florestan – de concentração de poder e renda, simbiose entre o arcaico e o moderno, bem como da exploração (econômica, política e social) da população pauperizada – sintetizam-se e aprofundam-se ao longo da história no Brasil. Portanto, é fundamental percebermos que esse Estado autocrático é indissociável da particularidade nossa formação social, e, sendo assim, torna-se inseparável do capitalismo dependente e do imperialismo. Constatamos que tanto o capitalismo dependente quanto o Estado autocrático-burguês põem-se como meios particulares de alienação do poder político econômico, haja vista que

⁴ Evidente na dificuldade da burguesia brasileira em construir um projeto nacional de desenvolvimento, visto que o país se insere de forma subalternizada no capitalismo internacional. Deste modo, nosso capitalismo dependente se caracteriza pela satisfação dos interesses dos “de cima”.

⁵ FERNANDES, F. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. 4. ed. São Paulo: Editora Global, 2009.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

[...] uma precondição essencial da alienação universal (econômica) é a realização da alienação específica (afetada politicamente). A alienação universal implica logicamente a alienação parcial e, (...) historicamente a alienação deve ser primeiro político-parcial antes de se tornar econômico-universal (MÉSZÁROS, 2006, p. 129, grifo do autor).

Portanto, os países de formação sócio-histórica capitalista dependente, para além atenderem necessidades dos países centrais no circuito de acumulação ampliada de capital, têm uma democracia restrita e a característica de serem antagônicos a pauta da universalização dos direitos humanos. Tal como sinaliza Fernandes (2011, p. 117- 118): A sociedade de classes engendrada pelo capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca uma democracia restrita e em um Estado autocrático burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente.

Assim, a suposta burguesia nacional, reproduzindo as fragilidades típicas de um país de capitalismo dependente, apresenta relações simbióticas entre os interesses externos e as demandas intrínsecas da classe. Desta forma se configurou numa classe que Fernandes denomina como plutocrática, na qual não se distinguem interesses de uma burguesia propriamente nacional com os da burguesia internacional. Portanto, os países de formação sócio-histórica capitalista dependente, para além atenderem necessidades dos países centrais no circuito de acumulação ampliada de capital, têm uma democracia restrita são antagônicos a pauta da universalização dos direitos humanos. Tal como sinaliza Florestan Fernandes (2011, p. 117- 118):

A sociedade de classes engendrada pelo capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca uma democracia restrita e em um Estado autocrático burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente.

Na esteira desta autocracia burguesa no Brasil, diante das crises estruturais capitalistas, nosso Estado assume também um caráter autocrático e, por vezes, atua na restrição ainda maior das – já frágeis– conquistas democráticas. Junto a isto, com explícitos matizes neofascistas, alguns países latino-americanos avançam nos processos de precarização e privatização dos direitos sociais; assim, demonstrando célere capacidade de se adaptarem às novas exigências da acumulação capitalista e do chamado “ultraneoliberalismo”.

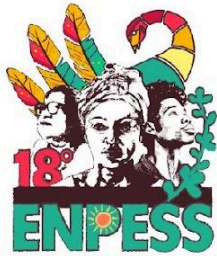
2. CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E O CHAMADO ULTRANEOLIBERALISMO

"As crises são sempre apenas *soluções momentâneas violentas* das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado." (MARX, 1983, p. 188, grifo do autor). De forma genérica, se por um lado, o modo de produção capitalista tende a um rápido desenvolvimento das suas forças produtivas; por outro, necessita manter o capital existente e seu processo de valorização em patamares elevados. Todavia, para preservar a autovalorização do capital existente se vale de alguns métodos que redundam na queda da taxa de lucro, desvalorização do capital vigente, economia de capital variável, dentre outros aspectos.

As crises periódicas resultam da incapacidade do capital adicional valorizar o valor apropriado privadamente. Isto gera um processo de destruição ou desvalorização do capital na sua forma-valor, forma-mercadoria, forma-fixa. Tais aspectos perturbam e geram estagnação na esfera da circulação, sendo ainda intensificados pelo colapso do sistema de crédito que se desenvolve ao lado do capital. Estas contradições levam o capital à "[...] crises violentas e agudas, súbitas desvalorizações forçadas e à estagnação e perturbação reais do processo de reprodução, e com isso a uma diminuição real da produção" (MARX, 1983, p. 192). Observa Mézáros (2011, p. 697, grifo do autor) ser necessário examinarmos a crise atual enquanto "[...] representação de um *continuum depressivo*, que exhibe características de uma crise *cumulativa, endêmica*, mais ou menos *permanente e crônica*, com a perspectiva última de uma crise estrutural cada vez mais profunda e acentuada".

Segundo Mandel (1982), as crises são um momento particular do modo de produção capitalista, no qual há uma combinação de todas as suas contradições. Os momentos de expansão, de ascensão do capital exigem elevada taxa de lucro, pois é ela que cria as condições para a expansão do mercado. Em determinado ponto do processo, no entanto, a maior composição orgânica dos capitais reduz a taxa de lucro e provoca também uma contração relativa do mercado. Essa contração desemboca em uma crise de superprodução, a qual, com a redução das inversões capitalistas, pode se transformar em uma depressão.

Marxista húngaro contemporâneo de Mandel, Mézáros (2011) discorre sobre a crise capitalista e revela o estágio ao qual chegou à crise de superacumulação: passando de cíclica à estrutural-destrutiva. Para ele, a crise estrutural já havia sido projetada por Marx como tendência, visto que expressa um momento da acumulação capitalista em que já não mais se pode contar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

com o deslocamento dos ciclos de crise⁶. Para Mészáros (2011), vivenciamos um contexto de crise estrutural ou endêmica do capital, visto que alicerça seu processo de acumulação ao que Marx (1983) denominou como “produção destrutiva” – operando a despeito das implicações de suas ofensivas à sobrevivência da humanidade.

Reiterando Mészáros (2011), é fundamental reconhecermos a peculiaridade deste contexto de crise estrutural ao sistema de acumulação do capital, à proporção que avança com seus mecanismos ideo-políticos e econômico-sociais numa tentativa de “controlar” um sistema de produção-exploração eminentemente incontrolável. Podemos considerar o ultraneoliberalismo como uma das expressões da crise estrutural do capital, entre as ondas depressiva mais recentes, destacamos aqui a crise de 2008, posto que denota uma mudança no formato de dominação entre as nações imperialista, cujos Estados Unidos – historicamente os maiores credores mundiais – tornam-se os maiores devedores.

Como resposta a esta crise ampliam-se os regimes de austeridade fiscal, bem como as contradições entre a acumulação capitalista e as democracias. A expansão da hegemonia neoliberal torna-se ainda mais evidente, bem como as diferenças entre a repercussão da ofensiva neoliberal nos países centrais e periféricos do capitalismo. Afirma Cislaghi (2020) que a crise de 2008 levou o capitalismo - balizado na financeirização e no neoliberalismo – “[...] a um novo patamar que permitiu na década seguinte a formação de um novo bloco histórico para sua legitimação que teve como consequência a ascensão de governos neofascistas em vários países do mundo” (CISLAGHI, 2020, p. s/n)⁷.

Esta virada iniciou no Brasil com o golpe parlamentar (e seus braços jurídicos e da grande mídia) em 2016, que derrubou o governo de Dilma Roussef. Ainda que seu governo tenha respondido às necessidades capitalistas realizando contrarreformas e repassando o fundo público ao capital financeiro, novas exigências impuseram um aprofundamento da plataforma neoliberal, identificada por alguns analistas como “ultraneoliberalismo” (ANTUNES, 2018; CISLACHI, (2020). Harvey (2011), em “O enigma do capital”, faz um balanço da crise do capital e dos mecanismos de sobrevivência do capitalismo no qual aponta que quanto mais prolongadas forem a miséria e as incertezas do modo de produzir a vida no capitalismo, maiores serão as demandas para a construção de algo diferente. Dentre tais mecanismo de sobrevivência

⁶ Assim, tanto Marx quanto Mészáros entendem a crise como genericamente estrutural. Em sua concepção, o capital deve ser essencialmente associado à crise, pois, de formas variadas, fazem parte da existência do capital e as configuram como maneiras de ultrapassar suas barreiras imediatas.

⁷ CISLAGHI, J. F. Parte III – O ultraneoliberalismo e a política dos ressentimentos. Esquerda online, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/25/parte-iii-o-ultraneoliberalismoe-a-politica-dos-ressentidos/>. Acesso em: 27 abr. 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

destacamos a faceta mais recente do neoliberalismo: o chamado ultraneoliberalismo.

Netto (2007, p. 77) já sinalizara que a essência do arsenal no neoliberalismo se concentra em alguns aspectos, dentre estes: “[...] uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável, e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia”. Ora podemos dizer que, em tempos de permanente ajuste fiscal no Brasil e aperfeiçoamento do ultraneoliberalismo, vivenciamos há pelo menos três décadas um quadro de instauração de um Estado desnudo. Ao desnudar-se da preocupação em responder continuamente às necessidades sociais mínimas da classe trabalhadora, este Estado reconfigurado tem, cada vez mais, se pautado pela emblemática e infame frase da própria Margareth Thatcher (implementadora do neoliberalismo inglês): “Não há sociedade, só indivíduos”.

Eis que em nossa análise, um dos atuais mecanismos ideológicos da burguesia contemporânea – em tempos ultraneoliberais de Estado desnudo – tem sido as alternativas autodeterminadas. No bojo destas que identificamos o chamado *empoderamento*, ao afinar-se a concepção neoliberal do homem, à proporção que avança a perspectiva do sujeito atomizado, reificado, empoderado (provedor de si) e “livre” para satisfazer as necessidades do mercado. Portanto, podemos dizer que conforma a cultura política ultraneoliberal a ideia do “indivíduo empoderado” (autoempregado, empreendedor, participativo, autossustentável e cidadão ativo), sendo que esta aparece atrelada ao que estamos entendemos por princípio ultraneoliberal do “individualismo empoderado”⁸.

De acordo com Behring, Cislighi e Souza (2020, p. 105), o que estamos vivenciando atualmente não é uma mera “mudança de pele” do neoliberalismo, pois desde 2016 estamos sob um novo tipo de golpe de Estado e atravessados pelo aprofundamento do ajuste fiscal. Tal processo, à época do governo de Bolsonaro combina a apropriação privada do fundo público com a retomada das privatizações, avanço das contrarreformas, ataque às liberdades democráticas e às políticas de proteção ambiental, assim como aos povos indígenas. As autoras elucidam que este formato mais recente do neoliberalismo incidente em diversos países do mundo não é uma mera repetição das suas diretrizes típicas, visto que o seu aprofundamento vem somado ao avanço da extrema direita.

Conforme Borges e Matos (2020), o Brasil de Bolsonaro evidenciou que, e não somente aqui, aliada à agenda econômico-financeira ultraneoliberal está uma ofensiva neoconservadora.

⁸ Voltaremos a esta discussão no próximo item, cuja aproximação versará sobre a incidência no Serviço Social de algumas estratégias ideológicas do capital, em especial a do empoderamento.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Pois, seu governo se colocava publicamente em prol do culto à violência policial, a ideologia repressiva e da intolerância à população LGBTQIA+; tendo estas manifestações fortes apelos religiosos. Localizando o fascismo na história e o papel do conservadorismo à manutenção das contradições dessa sociedade, sintetizam:

Especialmente no Brasil, neste ciclo de liberalismo ultra acirrado (ultraneoliberalismo), as práticas vêm sendo reorientadas por um conservadorismo de direita, também exacerbado (que denominados de ultra neoconservadorismo), uma vez que recorre ao fascismo. Seria uma nova etapa do projeto neoliberal, com a conjugação de um projeto ultraconservador, que busca naturalizar desvalores, para legitimar o neofascismo e que vai repercutir – diretamente – nos estratos mais baixos da classe trabalhadora, uma vez que estes são vistos como mais dispensáveis. (BORGES; MATOS, 2020, p. 80).

Logo, neste novo estágio do modo de produção e acumulação capitalista, nos defrontamos com um Estado autocrático burguês que, sob novas roupagens, reascende a extrema-direita nacional, internacional e frações sociais conservadoras. O avanço do conservadorismo no cenário atual tem sido notório e repercutido nas políticas sociais, assim como em segmentos da classe trabalhadora. Assentando-nos no solo histórico das determinações político-econômicas e ideo-culturais expostas até aqui que, a seguir abordaremos esta conjuntura enquanto terreno fértil à incidência – no Serviço Social – de algumas estratégias ideológicas da burguesia contemporânea, dentre tais daremos ênfase ao *empoderamento*.

3. INCIDÊNCIA NO SERVIÇO SOCIAL DE ALGUMAS ESTRATÉGIAS IDEOLÓGICAS DO CAPITAL

Situando historicamente o pensamento conservador, vale mencionar que em sua origem se apresentou como restaurador e antiburguês, entretanto Sousa, Oliveira e Souza (2020, p. 38) – à luz do pensamento de Lukács – apontam que 1848 foi um divisor de águas. Pois, nestes idos os processos revolucionários liderados pelos trabalhadores contra à burguesia tornaram a contrarrevolução um traço do pensamento conservador. Demarcam as autoras: “O pensamento conservador concentra, portanto, suas forças para combater e repudiar qualquer ameaça de revolução proletária” (SOUSA; OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p. 38). De modo a apreenderem as expressões reacionárias do conservadorismo contemporâneo, buscam fazer as mediações históricas necessárias ao debate do conservadorismo no Brasil, enfatizando que

[...] a sociabilidade burguesa no Brasil, tendo como espinha dorsal o racismo estrutural, não se compõe descolada da construção do pensamento conservador reacionário e de uma cultura autocrática. Esta característica particular, ao contrário, reverbera no processo de luta de classe no país, articulando racismo, classe e conservadorismo como condições estruturais do capitalismo dependente. (SOUSA;

OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p. 42).

No que se refere as manifestações do conservadorismo burguês na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro e a inflexão gerada pelo movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo na profissão, deparamo-nos com uma conjuntura propícia a repercussão do ultra neoconservadorismo no exercício profissional. Isto porque, ao situarmos a sociabilidade burguesa nas particularidades da sociedade brasileira, percebemos nexos causais entre apreensão do real baseada em referenciais conservadores e as implicações destes na atual destruição das políticas sociais (e culturais), bem como posições de cariz conservador. No entanto, o que nos chama atenção e torna-se objeto de reflexão presente, é o fato de o Serviço Social – pela via deste ultra neoconservadorismo – ser um terreno fértil a incidência de algumas das atuais estratégias ideológicas do capital em sua ofensiva ultraneoliberal.

Dentre tais, citamos a vinculação destas aos atuais mecanismos de retirada de direitos trabalhistas, superexploração e precarização da força de trabalho. Neste terreno que, em prol dos interesses do mercado, se dá a disseminação do empreendedorismo e do *empoderamento*, do que denominamos de “lógica do indivíduo empreendedor e empoderado”. Tal como Marx (1985, p. 712) observa na lei geral da acumulação capitalista, os trabalhadores desempregados são considerados integrantes da “[...] população supérflua [...]”, porém, supérflua como força de trabalho ativa no sistema de produção do capital e necessária à regulação dos salários, ao consumo assegurador da reprodução ampliada do capital, bem como ao aumento das formas de exploração e responsabilização dos trabalhadores. Nesse sentido, é que a *lógica do indivíduo empoderado* (empreendedor e autoempregador) surge como uma destas “novas tecnologias” e uma das expressões do atual projeto ideológico da burguesia. Vale ressaltar que tal lógica emerge numa conjuntura de “hipocrisia deliberada” (IASI, 2017) por parte da burguesia, no qual seus mecanismos ideológicos aprimoram-se e enredam a classe trabalhadora arrefecendo alternativas de luta.

Diz Antunes, utilizando uma expressão popular: “É como se o capital dissesse ao trabalhador, se vire-se” (ANTUNES, 2018, p. 54). Como estamos numa fase da acumulação capitalista em que pulsa o abandono social (desemprego e subemprego) da classe trabalhadora e da população mais pauperizada, tanto os empresários quanto o Estado – por não poderem dizer à população suicidem-se ou criem a economia política do crime para sobreviverem – então resta a mistificação do empreendedorismo. No que se refere a lógica do indivíduo empreendedor (e, em nossa análise, empoderado), ressalta o sociólogo que numa sociedade que avassaladoramente desemprega, precariza, subemprega e quebra a legislação social protetora, o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

empreendedorismo surge como uma falsa alternativa a estes processos de deterioração do trabalho. O mito do empreendedorismo, e, em certa medida do indivíduo empoderado, é “[...] muito mais o milagre que resta para uma sociedade que joga a sua juventude para a barbárie” (ANTUNES, 2018, p. 65)⁹.

Fontes (2017) também faz importante reflexão sobre estes tempos de “uberização dos trabalhadores”, em que os Estados capitalistas reduzem sua intervenção na reprodução dos trabalhadores empregados e utilizam-se de meios de conter a crescente massa de trabalhadores desempregados. Isto, através de processos educativos elaborados pelo capital cujo mote é o empreendedorismo, de maneira a disciplinar a força de trabalho para tempos de naturalização do desemprego¹⁰. Localizamos o *empoderamento* inserindo-o neste contexto em que tanto o Estado quanto a empresa distanciam-se da vida concreta dos trabalhadores, ignorando suas condições de vida, reprodução material, qualquer tipo de segurança social e no trabalho. “O Estado deve converter-se em controlador *ex post* (pelo convencimento e pela violência) dessas massas de trabalhadores, assegurando sua docilidade e disponibilidade para formas de sujeição ao capital desprovidas de direitos” (FONTES, 2017, p. 63).

Fizemos esta breve exposição acerca do *empoderamento* e do empreendedorismo por entendermos serem duas dentre as atuais estratégias ideológicas do capital. Contudo, no concernente a incidência destas no Serviço Social destacaremos o *empoderamento*, à proporção em que impacta direta ou indiretamente a profissão neste contexto conveniente aos influxos ultra neoconservadores no trabalho profissional. Em sua gênese o Serviço Social teve forte influência do pensamento conservador de cunho cristão-católico, posteriormente sob influxo positivista e depois fenomenológico. Embora o Serviço Social tenha surgido como um dos mecanismos capitalistas para atenuar os efeitos das sequelas da questão social, a compreensão dos interesses antagônicos de classes que envolvem a profissão, nos possibilita reconhecer o final dos anos 1970 como marco de recusa do histórico conservadorismo na profissão. Expressivo desta intenção de ruptura com tal, temos cancelado por expressiva parte da categoria, a hegemonia do Projeto Ético-político Profissional.

⁹ Em seu livro *O privilégio da servidão*, Antunes (2018) dá preciosas contribuições para pensarmos sobre o mundo do trabalho da “era digital”; no qual analisa que o processo de precarização da classe trabalhadora chega a tal ponto nesta conjuntura, que, os homens e mulheres jovens - diante do desemprego - “se tiverem sorte hoje” terão um trabalho precário. Portanto, se tiverem o privilégio, segundo o autor, serão servos para não serem desempregados e terem condições mínimas de subsistência.

¹⁰ Em seu livro *O privilégio da servidão*, Antunes (2018) dá preciosas contribuições para pensarmos sobre o mundo do trabalho da “era digital”; no qual analisa que o processo de precarização da classe trabalhadora chega a tal ponto nesta conjuntura, que, os homens e mulheres jovens - diante do desemprego - “se tiverem sorte hoje” terão um trabalho precário. Portanto, se tiverem o privilégio, segundo o autor, serão servos para não serem desempregados e terem condições mínimas de subsistência.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Dito isto, temos como pressuposto que o Serviço Social na atualidade está tensionado por um cenário ultra neoconservador a incidir o exercício profissional. Estamos num contexto de destruição dos direitos sociais, processo de hiperfocalização das políticas sociais¹¹, ampliação dos vínculos precarizados, do desemprego, das situações de assédios e pressões para que assistentes sociais assumam atribuições que não são suas. São notórias as requisições conservadoras nas instituições de trabalho, cuja conjuntura é de ameaça à autonomia relativa e favorável às respostas profissionais conservadoras.

Desse modo, destacamos o *empoderamento* enquanto uma das estratégias ideológicas do capital a impactar o Serviço Social. Há cerca de dez anos era perceptível na categoria profissional uma influência de Faleiros (2010)¹², ao propor o empoderamento como estratégia interventiva dos assistentes sociais para fortalecer seus usuários. Junto a isso, percebemos que atualmente tal incorporação por assistentes sociais tem se dado, também, pela influência alguns movimentos sociais que tomam o *empoderamento* como uma das principais estratégias políticas (em especial, dos movimentos feministas, antirracistas, LGBTQIA+, dentre outros). Conjecturamos assim, que profissionais têm usado o *empoderamento* como um instrumento de intervenção vinculado a dimensão socioeducativa da atuação profissional.

Cabe frisar que nesta conjuntura de destruição das políticas sociais e influência dos organismos internacionais (no qual destacamos o Banco Mundial e a ONU-Mulheres), tem o *empoderamento* a função político-econômica de deslocar as contradições sociais para os indivíduos, responsabilizando-os pelo provimento de suas necessidades sociais, pela criação de alternativas à sua situação de opressão e a construção de meios atrelados aos interesses do mercado. O *empoderamento*, enquanto uma das frações ideológicas do capitalismo atual, está associado à exacerbação de um individualismo voltado à lógica do mercado e facilmente capilarizado por desenvolvidos sistemas de manipulações de condutas. Estamos falando do entrelaçamento de determinações que incutem no sujeito a resolução das manifestações atuais da chamada “questão social”.

No tocante as implicações objetivas e subjetivas na vida dos usuários do Serviço Social, ao ser usado como instrumento de intervenção, estarão estes usuários diante de programas cujos discursos são de mobilização dos próprios recursos, estímulo ao desenvolvimento de

¹¹ Cf. SILVA, M. M. Pandemia, crise e expropriações: auxílio emergencial e contradições da focalização. Revista Vértices, Campos do Goytacazes, v. 22, n. especial, p. 727-747, 2020.

¹² No livro Estratégias em Serviço Social, Faleiros (2010) inaugura o debate do empoderamento no Serviço Social brasileiro, sendo esta obra fruto de uma antologia de artigos escritos pelo autor entre 1985 e 1997.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

habilidades, “cidadania ativa” e ampliação da autonomia. Estarão ainda diante de um(a) assistente social que, inserido em políticas e vínculos precarizados, reduzidos recursos, intervirá de maneira a não responder as suas demandas materiais, tendendo a incentivar que os usuários se fortaleçam individual ou coletivamente para sair de sua situação social. O *empoderamento* também se articula a retomada da psicologização das relações sociais no âmbito da intervenção profissional, cujas dimensões materiais da vida dos usuários são preteridas e estes percebidos por alguns profissionais como sujeitos com dificuldade para “potencializar habilidades” e mudar atitudes.

Ao se manifestar na profissão como instrumento de intervenção, reatualiza a prática conservadora em que o assistente social “[...] emoldura as refrações da ‘questão social’ no âmbito na *personalidade* e, em seguida, no da *relação interpessoal* [...]” (NETTO, 2006, p. 123, grifo do autor). Ainda se retomam perspectivas de intervenção calcadas na autodeterminação dos indivíduos, psicologização e na reforma moral dos sujeitos, que remontam a um exercício profissional balizado teórica e metodologicamente em correntes como a fenomenologia, o positivismo (e seu ethos liberal), o neotomismo e o cristianismo em sua vertente da Teologia da Libertação. Desconsidera-se, assim, o movimento dos usuários do Serviço Social no âmbito das determinações sociais, em suas relações de classe, considerando suas particularidades e suas inserções institucionais.

Lendo as condições objetivas e os conflitos de interesses circunscritos ao trabalho profissional, atentamos para os atuais mecanismos ideológicos do capital a impactar o Serviço Social. Nesse sentido, põe-se urgente a construção de estratégias coletivas de enfrentamento do ultra neoconservadorismo e fortalecimento do Projeto Ético-político brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta quadra histórica, cujo capital - em âmbitos mundiais - se arroga de alianças neofascistas para avançar na implementação das suas diretrizes ultraneoliberais, que se evidencia o enaltecimento do *individualismo empoderado*. Dentre os aspectos deste ultraneoliberalismo à brasileira aquecido por chamadas ultra neoconservadores particulares de nosso capitalismo dependente, destacamos: as contrarreformas trabalhista e da previdência social, o congelamento de verbas para a educação e saúde, a perseguição à ciência e as suas instituições, a privatização de empresas públicas, os ataques aos povos indígenas em prol das madeireiras, o investimento na nacionalização das organizações milicianas, o favorecimento das indústrias do agronegócio e farmacêuticas, a implementação de táticas genocidas durante a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pandemia (antivacinas, pseudomedicamentosas, antisanitárias, anticiência e manipulatórias) e a crise climática mundial. Vale frisar ser esta conjuntura, também, de extermínio de sensibilidades, humanidades-genéricas, potencialidades criativas, e, enaltecida das manifestações de ódio, violência, dos processos de embrutecimento dos sujeitos e barbarização da vida social.

Interpretamos que a crise estrutural-destrutiva capitalista e a pandemia expõem a realidade insuportável do sistema do capital, à proporção que demonstram estar em curso um processo desumanizador calcado, dentre várias determinações, na culpabilização e na ultra responsabilização dos indivíduos pela situação precária que estão. Em meio a isto, deparamo-nos com projetos de governo balizados no que Achille Mbembe denominou de necropolítica. Esta, em nosso juízo, ganhou novos contornos no contexto da pandemia, especialmente em países de capitalismo dependente como o Brasil. Ante a ausência das alternativas ou respostas estatais às situações aviltantes, com o esfacelamento dos chamados direitos (de reprodução) sociais, os indivíduos são colocados à própria sorte.

No tocante a incidência do ultraneoliberalismo no Serviço Social via estratégias ideológicas do capital, designamos o papel assumido pelo empoderamento, visto que quando alguns profissionais o tomam como estratégia de intervenção visando fortalecer o indivíduo, reduzir a “opressão” e ampliar a autonomia dos usuários das políticas sociais (FALEIROS, 2010), poderão tender – mesmo que não intencionalmente – a transferir também o que lhe é atribuído ou o que lhe compete. Isto, em nossa análise, faz com que intervenções embasadas cientificamente deem lugar à prevalência de concepções pragmatistas, imediatistas ou cotidianas amparadas em conhecimentos do senso comum. Avaliamos que diante do atual cenário – que caminha à supressão políticas sociais –, de escassez de recursos sociais que respondam às demandas dos usuários, a(o) assistente social é chamado a manipular variáveis que transferem responsabilidades para os usuários, bem como a se aproximar de conhecimentos no campo da psicologia (tal como as abordagens behavioristas).

REFERÊNCIAS

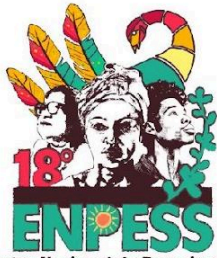
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BEHRING, E. R.; CISLAGHI, J. F.; SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: RAVO, M. I. de S., MATOS, C. de M. e FREIRE, S. de M. F. **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Editora Navegando Publicações, p. 103-121, 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

- BORGES, M. E. S.; MATOS, M. C. de. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. In: BRAVO, M. I. de S., MATOS, C. de M. e FREIRE, S. de M. F. **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Editora Navegando Publicações, p. 71-87, 2020.
- CARVALHO, I. A. de. Para a Crítica do Empoderamento: a ideologia do indivíduo mônada social. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.
- CARVALHO, I. A. de. O fetiche do empoderamento: do conceito ideológico ao projeto político econômico. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013. CISLAGHI, J. F. Parte III – O ultraneoliberalismo e a política dos ressentimentos. Rio de Janeiro **Esquerda Online**, 25 de junho 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/25/parte-iii-o-ultraneoliberalismo-e-a-politicados-ressentidos/>. Acesso em: 27 abr. 2022.
- FALEIROS, V. de P. **Estratégias em Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MANDEL, E. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependência**. México: Era, 1973.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. L. I. v. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política - o processo de produção capitalista. L. I. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- MÉSZÁROS, I. **A Teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006. MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.
- OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. Trad. Fernando Correa Prado. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977. SOUSA, A. A. S. de; OLIVEIRA, A. C.; SOUZA, G. Pandemia e conservadorismo no Brasil: fundamentos e conjuntura recente. In: SILVA, L. B.; DANTAS, A. V. **Crise e pandemia**: quando a exceção é regra geral. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020. p. 35-55.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social